

A Trajetória de participação da Mulher Militar nas Forças Armadas brasileiras

The historical path of military women's participation in the Brazilian Armed Forces

Capitão Célia Regina Rodrigues Gusmão*

Oficiala do Quadro Complementar do Exército (QCO). Graduada em Letras (UERJ/2000). Especialista em Língua Espanhola (UERJ/2003). Especialista em Ciências Militares (EsAO/2015). Especialista em Educação Inclusiva (UNIASSELVI/2018). Mestre em Estudos da Linguagem (PUC-Rio/2013). Foi professora da Academia Militar das Agulhas Negras, do Instituto Militar de Engenharia, dos Colégios Militares de Porto Alegre (CMPA), do Rio de Janeiro (CMRJ), de Curitiba (CMC) e do Centro de Idiomas do Exército. Atualmente, é revisora e tradutora do CEEEx.



Palavras-chave:

Mulher Militar; Forças Armadas; Trajetória.

Keywords:

Military Women; Armed Forces; Historical Path.

1. Introdução

No contexto de 200 anos da Independência do Brasil, este ensaio apresenta um panorama geral sobre a atuação da mulher militar brasileira nas Forças Armadas (FA). Por meio de uma descrição sucinta, apresentam-se duas linhas do tempo: uma sobre as mulheres que se destacaram, no passado, pela atuação em combate e outra a respeito das significativas ações ocorridas, na contemporaneidade, para a inserção da mulher nas FA, com foco no Exército.

Desde a Antiguidade, houve mulheres que se sobressaíram em cenários bélicos. Tômiris, Boudica (**figura 1**), as irmãs Trung, Zenóbia e Joana d'Arc são alguns nomes registrados na história da humanidade por destacados feitos.

Figura 1: Estátua de Boudica em Londres



Fonte: <https://www.historic-uk.com/HistoryUK/HistoryofEngland/Boudica/>

No Brasil, quando se pensa na atuação da mulher como militar, é necessário rememorar os feitos, em diferentes épocas, daquelas que tiveram seus nomes eternizados na nossa história. Na tentativa de serem aceitas como soldados, muitas mulheres se fizeram passar por homem, já que a elas não era permitido ser militar, situação que só começaria a mudar no século XX.

A seguir, na **figura 2**, será apresentada uma breve descrição dos feitos das sete (7) mulheres que, no passado mais distante, destacaram-se como verdadeiras heroínas da Pátria: a potiguara Clara Camarão; a baiana Maria Quitéria; a baiana Maria Felipa de Oliveira; a catarinense Anita Garibaldi; a baiana Anna Nery; a cearense Antonia Feitosa; e a pernambucana Maria Curupaiti. Pode-se observar que uma característica comum entre elas é o pendor militar, ou seja, a vocação para atuar nos campos de batalha, demonstrada por atributos diferenciais e valores, tais como: iniciativa, decisão, equilíbrio emocional, coragem, persistência e, sobretudo, determinação para superar obstáculos, entre outros.

Figura 2: Brasileiras que se destacaram por bravura

BRASILEIRAS COM DESTACADA BRAVURA

Algumas das mulheres que se destacaram na história do Brasil por pendor militar

Clara Camarão

(data de nascimento desconhecida)

Índigena que lutou ao lado do companheiro Felipe Camarão contra o domínio holandês no Nordeste. Distinguiu-se na Batalha de Porto Calvo, em 1637. Teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria em 2017, por meio da Lei N. 13.422, de 27/03/2017.



1637



1822

Maria Felipa de Oliveira

(sem data - 1873)

Liderou um grupo de mulheres para impedir as invasões portuguesas na Bahia. É conhecida como heroína da Independência por agir com astúcia e conseguir incendiar mais de 40 embarcações do Exército Português. Teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria em julho de 2018.



1823

Maria Quitéria de Jesus Medeiros

(1792-1853)

Primeira brasileira a integrar uma unidade militar. Combateu no 'Batalhão dos Periquitos', disfarçada de homem, nas lutas pela Independência. Condecorada por D. Pedro I, por brilhantes serviços militares. É a Patronesse do Quadro Complementar de Oficiais.



1839

Ana Maria de Jesus Ribeiro

(1821-1849)

Conhecida como Anita Garibaldi, a "heroína de dois mundos." Atuou diretamente na Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e, posteriormente, no processo de unificação da Itália. Em abril de 2012, foi sancionada a Lei 12.615, que determinou a inscrição do seu nome no Livro dos Heróis da Pátria.



Anna Justina Ferreira Nery

(1814-1880)

Quando viúva, presenciou a convocação de seus filhos para lutar na Guerra do Paraguai e solicitou ao Presidente da Província da Bahia poder acompanhá-los. Atuou como auxiliar do Corpo de Saúde do Exército Brasileiro. Considerada símbolo da Enfermagem no Brasil.

1865



1865

Antonia Alves Feitosa

Conhecida como Jovita. Aos 17 anos, alistou-se disfarçada de homem, para lutar na Guerra do Paraguai. Foi incluída no Exército Nacional como 2º Sargento. Porém, teve sua identidade revelada. Ainda assim, seu alistamento funcionaria como uma espécie de propaganda para estimular o alistamento de outros combatentes voluntários, mas, fora proibida de ir à guerra. Em 2017, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

Maria Francisca da Conceição (Maria Curupaiti) 1866

A pernambucana disfarçou-se de homem para acompanhar o marido, militar convocado para combater na Guerra do Paraguai, no ataque ao Forte de Curuzu, em 1º de setembro de 1866. Naquela ocasião, seu marido morreu em combate, aumentando ainda mais a disposição da viúva de lutar. Continuou ocultando sua identidade até ser ferida, em Curupaiti, quando foi levada ao hospital e seu disfarce foi revelado. Apesar disso, não foi proibida de lutar e combateu, em Tuiuti. Após a guerra, foi para o Rio de Janeiro, cidade onde permaneceu até a morte.

2. Inserção oficial da mulher nas Forças Armadas (FA)

2.1. Primeira fase

Após esse período introdutório da história do Brasil, quando a participação da mulher nos campos de batalha ocorreu de forma individual, oficialmente, a incorporação feminina nas Forças Armadas ocorreu, de forma coletiva, em duas fases. A primeira, na Segunda Guerra Mundial (II GM), quando foi criado o Quadro de Enfermeiras de Emergência da Reserva do Exército (QEERE), por meio do Decreto-Lei nº 6097, de 13 de dezembro de 1943. Foram sessenta e sete (67) mulheres recrutadas pelo Exército Brasileiro e seis (6) pela Força Aérea, com idade entre 22 e 45 anos. Elas receberam treinamento e protagonizaram a atuação como enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Na Itália, essas pioneiras socorreram os heróis que lutaram nos campos de batalha, em Pistoia, Livorno e Nápoles, na guerra aos países do Eixo. Após a II GM, somente em 1957, foram consideradas integrantes da FEB e tiveram os mesmos direitos deferidos aos combatentes.

As primeiras integrantes das FA romperam paradigmas em uma época em que à mulher era permitido bem pouco na atuação profissional: ser professora ou enfermeira. Nesse contexto de restrições, muitas almejavam ter outras profissões, mas isso ainda não era possível. A convocação para a guerra foi uma oportunidade àquelas que preenchiam os requisitos exigidos. Em depoimento feito em 2008, Virgínia Portocarrero afirmou:

Sonhava em ser militar. Pois é. Eu queria ser militar, eu queria ser homem, ser militar, porque o fulano disse que era homem militar, os meninos, e não havia Colégio Militar para menina. O Colégio Militar era só para homem, então eu fui para o Pedro II, não é? Mas a minha vontade era ser homem e militar. (D'AVILA, 2021)

Os feitos das setenta e três (73) febianas são dignos de constar em um filme. No entanto, apenas alguns nomes ficaram mais conhecidos: Elza Cansanção Medeiros, Virgínia Portocarrero, Carlota Melo, Helena Ramos, Carmen Bebiano, Antonieta Ferreira e Ignácia de Mello Braga. No intuito de divulgar o trabalho dessas heroínas, pesquisadoras da Casa de Oswaldo Cruz (RJ) têm feito ampla pesquisa. O documentário “Aqueles mulheres de farda”, publicado no YouTube oficial do Exército, em 9 de março de 2020, mostra parte dessa pesquisa, conforme **figura 3**.

Figura 3: Documentário sobre as febianas



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xfusHHEKzmk&t=2153s> Acesso em: 09 set 2022.

2.2 Segunda fase

Após 37 anos da primeira fase (1943), começou a segunda etapa da inserção da mulher nas Forças Armadas. A **figura 4**, na página seguinte, apresenta uma retrospectiva sobre a atuação contemporânea da mulher nas Forças Armadas brasileiras, as quais serão comentadas em seguida.

Figura 4: Visão geral sobre o processo de inserção profissional da mulher nas FA**TRAJETÓRIA DAS MILITARES NAS FA**

Criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), para atividades técnicas e administrativas, Lei 6924 de 29/06/1981.

1981

1ª turma mista da Escola de Administração do Exército (EsAEx), para atividades administrativas e complementares.

1992

Primeiras cadetes de Intendência na Academia da Força Aérea (AFA) e primeira turma mista do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

1996

Ingresso no Instituto Militar de Engenharia (IME).

1997

Ingresso na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR).

1998

Curso de Formação de Sargentos de saúde de carreira na Escola de Saúde do Exército.

2002

Primeiras mulheres (médicas) a concluir o Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

2011

Ingresso da mulher na Escola Naval para vagas do Corpo de Intendentes da Marinha.

2014

Segunda mulher General da história brasileira: Contra-Almirante Engenheira Naval Luciana Mascarenhas da Costa Marroni (MB).

2018

Ingresso da mulher na Escola Naval, não apenas para vagas do Corpo de Intendentes, mas também para compor o Corpo da Armada e o Corpo de Fuzileiros Navais.

2021

Criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) para atuar nas áreas técnicas, administrativas e de saúde. Lei nº 6.807, de 7 de julho de 1980.

1980

Reorganização do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) por meio da Lei 7.622, de 09/10/1987. Reduzido o período probatório de 9 para 3 anos e permitido o acesso ao posto de Capitão de Mar e Guerra.

1987

Ingresso no Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) por meio do Aviso Ministerial nº.006/GM3/024, de 05/05/1995.

1995

O Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior (MFDV) foi instituído.

1996

Foi extinto o CAFRM e as mulheres passaram a integrar os respectivos Corpos e Quadros existentes para o sexo masculino (Engenheiros e de Intendentes da Marinha, e Quadros de Médicos, Cirurgiões-Dentistas, de Apoio à Saúde e Técnico). Lei 9.519, de 26/11/1997.

1997

Criação do Estágio de Serviço Técnico com oportunidade para mulheres com cursos de nível superior; criação do Serviço Militar Feminino Voluntário para auxiliares e técnicas de enfermagem.

1998

Primeiras cadetes aviadoras na Academia da Força Aérea.

2003

Primeira mulher a ascender ao Generalato no Brasil: a Contra-Almirante médica Dalva Maria Carvalho Mendes (Marinha do Brasil).

2012

Promovidas as primeiras Coronéis (QCO) do Exército Brasileiro, em 30 de abril de 2017 e ingresso das primeiras alunas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX).

2017

Primeiras Sargentos da Linha de Ensino Militar Bélico (LEMB) do Curso de Formação de Sargentos.

2018

Primeiras combatentes formadas pela Academia Militar das Agulhas Negras (turma mista): 2º Tenentes do Serviço de Intendência e Quadro de Material Bélico.

2021

Legenda: ● Marinha ● Aeronáutica ● Exército

Fonte: a autora

Em 1980, a Marinha do Brasil foi a pioneira a abrir suas portas para o ingresso feminino. Essa abertura representou um grande marco na história do Brasil. Foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), composto de dois quadros: Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) e Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP), por meio da Lei nº 6.807, de 07 de julho de 1980. A primeira turma formou-se em 1981.

No entanto, essa inserção não ocorreu em igualdade de condições. Além da participação da mulher ser restrita a alguns cargos e serviço em terra, elas integravam um corpo à parte, ou seja, não faziam parte dos quadros e corpos gerais, havendo, portanto, um “segmento feminino”. Ademais, era possível chegar somente até o posto de Capitão-de-Fragata (no Exército, equivale a Tenente-coronel). Havia, ainda, diferenciação em relação ao tempo para alcançar esses postos, isto é, o interstício era mais demorado para as mulheres.

Em 1997, o CAFRM foi extinto e a Marinha permitiu a participação feminina em seus quadros gerais. As mulheres passaram a integrar os respectivos Corpos e Quadros existentes para o sexo masculino (Engenheiros e de Intendentes da Marinha e Quadros de Médicos, de Cirurgiões-Dentistas, de Apoio à Saúde e Técnico), ou seja, a partir daquele momento também puderam servir à Pátria embarcadas. Assim, tornou-se possível a promoção ao posto de Vice-Almirante (equivalente a General de Divisão).

Em 2014, as mulheres puderam integrar a primeira turma mista da Escola Naval, para fazer parte do Quadro de Intendência, formando-se em 2017. Por ter sido a pioneira, a Marinha foi a primeira Força a promover um mulher a um dos postos mais altos da hierarquia militar, em 2012. Em 23 de novembro de 2012, a médica anestesista Dalva Maria Carvalho Mendes, do Corpo de Saúde, foi promovida a Contra-Almirante, entrando para a história como a primeira mulher brasileira a ascender ao generalato. Em 25 de novembro de 2018, a Marinha promoveu a Engenheira Naval Luciana Mascarenhas da Costa Marroni, a segunda mulher promovida ao posto de Contra-Almirante.

Em 1982, foi a vez da Força Aérea Brasileira (FAB) incorporar as primeiras integrantes. Da mesma forma que na Marinha, foi criado um Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), para atividades técnicas e administrativas, composto pelo Quadro Feminino de Oficiais (QFO), cujo ingresso ocorria como 2º Tenente, podendo haver promoção até Tenente-coronel; e Quadro Feminino de Graduados (QFG), cujo ingresso ocorria como Cabo e poderia chegar até Suboficial. A FAB, no entanto, propiciou igualdade de condições em relação ao interstício de homens e de mulheres.

A partir de 1990, a FAB admitiu mulheres na Área de Saúde (médicas, farmacêuticas e odontólogas), propiciando acesso aos quadros gerais de carreira e a possibilidade de promoção ao posto de Brigadeiro. Em 1995, por meio do Aviso Ministerial nº 006/GM3/024 (05 maio 95), o ingresso de mulheres no Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) foi permitido. Portanto, a FAB foi a primeira a conceder acesso à mulher ao curso de formação militar idêntico ao masculino.

Em 1996, ocorreu a permissão para ingresso no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, quando as mulheres compuseram turmas mistas e puderam integrar a linha combatente. Em 2003, a FAB admitiu a primeira turma com cadetes pilotos.

A Aeronáutica admitiu mulheres em 1982, foi a primeira força a formar oficiais mulheres, a partir de 1996, e é a força com a maior proporção de mulheres em seus quadros. Em 2003, abriu para elas o Curso de Formação de Oficiais Aviadores, permitindo que pudessem então seguir o caminho de aviadoras, que abre as portas para uma carreira que leva a quatro estrelas. As oficiais-aviadoras formadas pela Academia da Força Aérea em 2006 poderão alcançar, futuramente, o mais alto posto da carreira, o de Tenente-Brigadeiro do Ar, mas isso ainda levará décadas. (FRANCO, 2020)

Em 2015, a Força Aérea teve a primeira militar a comandar uma unidade: a então Coronel Carla Lyrio Martins, comandante da Casa Gerontológica Brigadeiro Eduardo Gomes (CGABEG), localizada na Ilha do Governador – RJ. Mais tarde, em 07 de outubro de 2020, a militar entrou para a história como a primeira Oficial da Força Aérea Brasileira a ocupar o posto de Brigadeiro, sendo nomeada como Diretora do Hospital Central da Aeronáutica (RJ).

No Exército Brasileiro (EB), o ingresso da mulher para ser militar do efetivo permanente ocorreu por meio de concurso público para a Escola de Administração do Exército (EsAEx), hoje Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEEx). Por meio da Lei nº 7831, de 2 de outubro de 1989, foi criado o Quadro Complementar do Exército, a fim de prover à Força pessoal especializado com nível superior para desempenhar atividades complementares. As duas primeiras turmas, 1990 e 1991, foram exclusivamente compostas por homens.

Em 1992, formou-se a primeira turma mista, a Turma Maria Quitéria, da qual fizeram parte as pioneiras. Embora tenha permitido o ingresso tardio, no EB, as mulheres tiveram igualdade de condições com os homens do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), sendo permitido, inicialmente, ascender até o posto de Tenente-Coronel. Hoje, integrantes do QCO podem ser promovidos ao posto de Coronel.

Em 1996, o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior (MFDV) foi instituído. Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia (RJ) matriculou as primeiras alunas, um total de 10, incluídas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM), por meio do Curso de Formação de Oficiais (CFO). A Escola de Saúde do Exército (EsSEx) matriculou e formou, também em 1997, a primeira turma de Oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, do Quadro de Saúde do Exército (QSE).

O ano de 2017 foi bastante marcante na trajetória da mulher no Exército. Em 24 de janeiro de 2017, as mulheres ingressaram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), dando início às etapas finais do processo seletivo à formação combatente do Exército Brasileiro. O ano letivo começou em 18 de fevereiro de 2017, com a primeira turma mista da Preparatória, turma “Dona Rosa da Fonseca”: um marco na história da EsPCEEx. Ainda, em 30 de abril de 2017, foram promovidas as primeiras coronéis do Exército, as integrantes da primeira turma do Quadro Complementar de Oficiais.

Em 17 de fevereiro de 2018, 414 alunos ingressaram na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), entre eles, 34 alunas. A Turma “Dona Rosa da Fonseca” formou-se em 27 de novembro de 2021, com 391 cadetes, sendo 368 homens e 23 mulheres: 13 do Serviço de Intendência e 10 do Quadro de Material Bélico.

3. Aportes das militares às FA

O pioneirismo da Contra-Almirante Dalva na MB fez com que fosse entrevistada em diversos canais de televisão e jornais da grande mídia. Em uma entrevista à jornalista Marília Gabriela[1], afirmou que, geralmente, os atributos mais destacados das mulheres militares são cordialidade e respeito. “Nós somos agregadoras de uma maneira geral.”

Corroborar essa visão a Brigadeiro Carla Lyrio. Em entrevista ao Portal G1, em março de 2021, sobre atributos que as mulheres aportam às FA, comentou:

O saber escutar faz parte da liderança legítima. Assim como carregar a humanidade da mulher, a sensibilidade maior para questões e escuta da vida. Isso me facilitou muito a construir bons caminhos. [...] Percebo que as mulheres vêm mostrando por meio da qualidade de trabalho, a importância na vida social, política, econômica e militar. Isso contribui para fazer um país melhor. (MARQUES, 2021)

A partir da inserção da mulher nas Forças Armadas, para além das mudanças provocadas nas questões atitudinais e nos estilos de liderança, outro fator que chama a atenção é o foco nos estudos. Martins revela a opinião de um de seus entrevistados a respeito do tema:

Elas são mais estudiosas, o que faz com que os homens também estudem mais para progredir na carreira. [...] Acho que a mulher trouxe uma mudança muito grande no comportamento também do homem, porque fez com que muitos batalhassem mais, estudassem mais, tivessem mais atenção para que [SIC] as promoções não seriam fruto apenas de tempo. (MARTINS, 2015, p. 133)

Reafirma essa característica observada por Martins, o fato de que, em 2021, na classificação do 4º Ano da AMAN, as mulheres obtiveram os cinco primeiros lugares do Curso de Intendência e os quatro primeiros lugares do Curso de Material Bélico, ou seja, nas duas possibilidades ofertadas a elas, estiveram na liderança no desempenho intelectual, atitudinal e físico.

[1] Programa “De frente com Gabi”, de 20 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ge_5fF1KTpY

Uma das integrantes da primeira turma mista do QCO, a Coronel Veterinária Beatriz Helena F. Telles Ferreira, na Revista Clube Militar, de abril de 2012, em homenagem aos 20 anos da inserção da mulher no EB, afirmou:

[...]Atrevo-me a dizer que, na realidade, viemos, não somente para preencher lacunas, mas, sobretudo, para realizar a necessária sintonia fina em alguns setores. [...] Hoje, podemos testemunhar o amadurecimento da presença da mulher no Exército e a consolidação de nosso trabalho. Já não nos importa mais provar que somos capazes, isso ficou para trás. A pergunta que estamos fazendo nos dias de hoje é: o que mais podemos fazer? Ao olharmos para o porvir, podemos idealizar o resultado daquela semente plantada em 1992: mulheres ocupando cargos ainda mais exigentes em termos de preparo técnico-profissional e liderança, integrando, inclusive, quem sabe, as armas técnicas na Academia Militar das Agulhas Negras. (FERREIRA, 2012, p. 11) [2]

Decorreram dez anos desde que a entrevista mencionada no fragmento anterior foi feita. Hoje, “aquela semente” já gerou frutos: a inserção da mulher na Força Terrestre é uma realidade. Em 27 de novembro de 2022, completar-se-á um ano de formação da primeira turma mista da AMAN.

Apesar de embrionária, essa inserção representa um grande marco. Como forma de registrar a importância que simboliza essa conquista, obteve-se a participação de uma das integrantes da Turma “Dona Rosa da Fonseca”, a 2ª Tenente Giovana Abrão Santos, do Serviço de Intendência, conforme **figura 5**, a fim de saber o que significou fazer parte da “primeira turma”. Seu relato pode ser conferido a seguir:

Pertencer à primeira turma mista da AMAN carrega uma satisfação indescritível e, ao mesmo tempo, um comprometimento muito grande com todos os que trabalharam para que isso fosse realidade, com aqueles que nos formaram, com os companheiros de turma e com aquelas que ainda estão por vir. Sinto grande orgulho por ombrear com homens e mulheres que servem abnegadamente à nossa nação, com incontáveis exemplos de garra e determinação a cada novo dia. (SANTOS, 2022)[3]

Figura 5: 2º Tenente Giovana após salto de paraquedas



Fonte: acervo pessoal da militar

[2] Texto da então Major Beatriz (hoje Coronel R1), médica veterinária, integrante da primeira turma mista do QCO (1992), na Revista Clube Militar de abril de 2012, quando o ingresso da mulher no Exército completou 20 anos.

[3] O Conselho Editorial da Análise Estratégica entrou em contato com a militar, a fim de obter sua participação, em setembro de 2022.

Além desse panorama a respeito das mudanças ocorridas nas Forças Armadas a partir da inclusão da mulher às suas fileiras, um capítulo à parte poderia ser escrito sobre a atuação da militar brasileira em missões de paz. Em 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1325, conhecida por dar início à Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, contribuindo para o aumento da participação, do protagonismo e do reconhecimento do importante papel desempenhado por mulheres em ações relacionadas à paz e à segurança. Dessa forma, a atuação de mulheres militares em missões de paz vem aumentando a cada ano. No entanto, esse não é o foco desta análise. Para aprofundamento no tema, as publicações do Instituto Igarapé são uma detalhada fonte de consulta, assim como o trabalho escrito por Balbino [4].

Antes de concluir, relevante, ainda, ressaltar alguns dos desafios pelos quais as pioneiras das Forças Armadas passaram ao longo dessa trajetória de inserção. Adaptar a legislação foi um deles. No seu Trabalho de Conclusão de Curso, Maciosek (2017) entrevistou a Coronel Berwaldt, integrante da primeira turma de mulheres do Exército (1992). No fragmento a seguir, há uma parte do relato da militar:

O ingresso das mulheres no Exército não foi um desafio apenas para elas. Também foi desafiante a adaptação da própria instituição a essa mudança.

– "Quando era tenente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), eu acabei engravidando, já no 1º ano. Aí, foi complicado, porque não existia, ainda, embasamento legal para me conceder a licença maternidade, pelo fato de não ter referência a isso no Estatuto dos Militares, pois não havia mulheres na Força, até então. Eles tiveram que se adaptar e reescrever o Estatuto dos Militares, de modo a que ele passasse a nos amparar, também." (MACIOSEK, 2017)

Além da adaptação da legislação, foi necessário fazer a adequação do espaço físico dos quartéis às mulheres. Ainda hoje, algumas unidades não estão totalmente adequadas, faltando, por vezes, alojamentos femininos, sobretudo os separados por círculos hierárquicos. Há também outros fatores de análise, como os referentes à liderança feminina em um espaço predominantemente masculino. Todos esses aspectos renderiam um artigo à parte, contudo, a brevidade deste texto não permite explorar.

4. Conclusão

Por meio das informações apresentadas, foi possível perceber a travessia de um longo caminho, desde a época em que as brasileiras precisavam forjar uma aparência masculina, para participar dos campos de batalha, até os dias atuais. De Quitéria até as febianas transcorreram 121 anos. Na MB, as militares estão presentes há 42 anos. Na FAB, há 40 anos e, no EB, há 30 anos. Trajeto ainda maior foi percorrido até a inserção nas linhas combatentes de cada FA.

Conforme mencionado, no EB, as mulheres ingressaram em igualdade de condições. No entanto, na FAB e na MB, havia quadros específicos, ou seja, ocorria segmentação entre homens e mulheres, o que originou a expressão “segmento feminino”. Diferentemente do passado, atualmente, homens e mulheres são formados nas mesmas escolas, sob os mesmos regulamentos, unidos pelo pertencimento à instituição da qual são integrantes. Assim, além de essa expressão ter uma carga semântica que pode denotar segregação, não condiz com a realidade dos nossos quartéis.

Em conclusão, a participação da mulher brasileira como militar é marcada por desafios e conquistas. Em uma primeira fase da história, quando o País ainda se consolidava como nação independente, foi necessário fazer a ocultação de sua identidade. Somente anos depois, pôde participar das fileiras institucionais oficialmente, em um primeiro momento, restrito às enfermeiras da FEB, posteriormente, em quadros e/ou em áreas específicas. O final do século XX foi decisivo para que mudanças ocorressem, oportunizando-se a participação feminina em diversas áreas. Porém, é no século XXI que as mudanças mais significativas têm ocorrido.

[4] Mais informações em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf e em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1195>.

O Bicentenário da Independência enseja a celebração da nossa autonomia e consolidação como país. Da mesma forma, comemoramos a superação dos inúmeros desafios enfrentados ao longo dessa história. Nesse sentido, cabe mencionar o importante papel das militares pioneiras das Forças Armadas brasileiras, que romperam paradigmas e abriram caminhos às novas gerações, para que, hoje, haja mulheres militares: gerais, na MB e na FAB, e, em breve, aptas a ascender ao generalato no EB; no comando de Organizações Militares; na Linha Bélica; formadas e realizando cursos operacionais especializados; participando cada vez mais em missões de paz; etc.

Enfim, analisando a trajetória percorrida pelas mulheres brasileiras, ao longo desses 200 anos, no intuito de não apenas pertencerem às Forças Armadas, mas também de se tornarem combatentes, oportunamente, celebramos o fato de, hoje, homens e mulheres ombrearem o ‘servir à Pátria’. “E aí reside a grandeza histórica do ingresso das mulheres nas fileiras das Forças Armadas, porque simboliza o reconhecimento de que a defesa da Pátria é dever de todos os cidadãos” (ROCHA, 2017).

Para finalizar, relembramos as palavras da Brigadeiro Carla Lyrio:

São conquistas recentes que precisam ser valorizadas. Relembrar o passado nos motiva a caminhar para frente, mas ainda tem muito a ser conquistado. Os avanços são reflexo da sociedade, não só nas Forças Armadas. Temos observado a presença da mulher em esferas e postos com mais poder de decisão. (MARQUES, 2021)

Referências

ALMEIDA, V. de A. *Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: Situação atual e perspectivas futuras*. Cadernos Aslegis, Brasília, n. 51, p. 91-134, jan./abr. 2014.

BALBINO, Viviane Rios. *Terá a paz rosto de mulher?: uma perspectiva brasileira para os 20 anos da agenda de mulheres, paz e segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2022. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1195>

D’AVILA, Cristiane. *Força feminina contra o nazismo: a enfermeira brasileira Virgínia Portocarrero na Segunda Guerra Mundial*. Café História. 1º mar. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/enfermeiras-na-segunda-guerra-virginia-portocarrero/>. ISSN: 2674-59.

FERREIRA, Beatriz Helena F. F. Telles. *Saia verde-oliva: 20 anos*. Revista Clube Militar: a casa da República. nº 444. Ano LXXXV, abril 2012. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/474672/20-anos-da-mulher-no-exercito-brasileiro> Acesso em: 12 set. 2022.

FRANCO, Luiza. *Mulheres nos comandos das Forças Armadas: as histórias das duas únicas hoje no topo da carreira - e por que há só duas*. BBC Brasil, São Paulo, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51289039>. Acesso em: 9 set. 2022.

MACIOSEK, Gabriella Candida. *Histórias de Mulheres que fazem parte da Defesa do Brasil*. 2017. Trabalho de conclusão de curso de Comunicação Social. UNIBRASIL, Curitiba-PR. Novembro de 2017.

MARQUES, Marília. [Dia da Mulher] *Militar da FAB é primeira oficial-general a assumir posto mais alto em 80 anos*. G1, DF, 8 mar. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/03/08/dia-da-mulher-militar-da-fab-e-primeira-oficial-general-a-assumir-posto-mais-alto-em-80-anos.ghtml>> Acesso em: 2 set. 2022.

MARTINS, Iára Maria Batista. *Mulheres militares: conquistas e desafios*. Curitiba: Appris, 2015.

OLIVEIRA, Viviane. *Ministério da Defesa homenageia mulheres civis e militares*. Folha Militar, Brasília, 10 mar. 2021. Disponível em: <folhamilitar.com.br/2021/03/ministerio-da-defesa-homenageia-mulheres-civis-e-militares/> Acesso em: 09 set. 2022.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. *A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas*. Revista CEJ, v. 21, n. 72, p. 24-33, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2256> Acesso em: 26 ago. 2022.

SOUZA, Camila. *Dia da Mulher: militar da FAB é primeira oficial-general a assumir posto mais alto em 80 anos - IPMIL - Instituto Padrão Militar*. Disponível em: <https://ipmil.com.br/informativo/diadamulherfab/>

